



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo**

## **A INFLUÊNCIA DAS RELIGIÕES NA CONCEPÇÃO DO NÃO DIREITO A PROTEÇÃO SOCIAL**

**FERNANDA FERREIRA ARAUJO <sup>1</sup>**

**PRISCILA DE SOUZA <sup>2</sup>**

**FRANCILENE GOMES FERNANDES <sup>3</sup>**

### **RESUMO:**

O presente artigo tem como objetivo apresentar elementos de reflexão históricos e contemporâneos sobre as influências religiosas na sociedade brasileira para a concepção do não direito à proteção social. Com levantamento bibliográfico, histórico e de dados quantitativos as informações sobre as organizações sociais que executam os serviços socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social na cidade de São Paulo atravessam a realidade do vínculo a prática religiosa, cuja a presença na atuação desses serviços na maior cidade do país é inegável e precisa de importante reflexão no âmbito técnico operativo da Política Pública de Assistência Social.

**Palavras-chave:** Religião, Estado, Proteção Social, Direito.

### **SUMMARY:**

This article aims to present historical and contemporary elements of reflection on religious influences in Brazilian society for the conception of the lack of right to social protection. With a bibliographical, historical and quantitative data survey, information about social organizations that perform social assistance services in the Unified Social Assistance System in the city of São Paulo crosses the reality of the link to religious practice, whose presence in

---

<sup>1</sup> Universidade de Brasília

<sup>2</sup> Prefeitura Municipal de São Paulo

<sup>3</sup> Prefeitura Municipal de São Paulo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

the performance of these services in the largest city of the country is undeniable and needs important reflection in the technical operational scope of the Public Social Assistance Policy.

**Keywords:** Religion, State, Social Protection, Law.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como base a experiência das autoras, assistentes sociais, no Sistema Único de Assistência Social na cidade de São Paulo. Nesta inserção as mesmas têm a possibilidade de identificar, em âmbito municipal, a realidade da rede socioassistencial, atualmente são executados por Organizações da Sociedade Civil 1.381 serviços socioassistenciais. Demonstramos neste estudo que a oferta de proteção social, na maior cidade do país, maior rede socioassistencial da América Latina, está fortemente influenciada e operada por Organizações da Sociedade Civil - OSC's predominantemente de matriz religiosa. Nossas reflexões ora apresentadas não têm como objetivo hostilizar tais organizações, tampouco as suas respectivas religiões, mas sim problematizar o quanto estas matrizes têm impactado diretamente a oferta de proteção à população, na contramão da perspectiva de estado laico. Recorreremos a estudos em diferentes períodos históricos para subsidiar os fundamentos teóricos dessas premissas.

## CONCEPÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS

Os estudos de IVAMOTO (1998), revelam que a primeira Irmandade da Misericórdia foi datada em 15 de agosto de 1498, foi fundada em Lisboa por Dona Leonor de Lencastre. E foi nomeado para provedor, não por acaso, o trinitário espanhol Frei Miguel de Contreras que era confessor de D. Leonor e que deu:

“... forma material e meio de aplicação às concepções de misericórdia contidas nos evangélicos e que são as de caridade – primeiro individual e depois coletiva – dentro das quais a nossa civilização foi buscar as suas normas de solidariedade, de comiseração e de auxílio – fundamento de todo e qualquer trabalho de assistência do homem ao homem” (NAVA, 2003. p.85).

Inicialmente, a Irmandade assumiu a manutenção do Hospital de Nossa Senhora do Amparo, em Lisboa, na Capital do Reino. Em 1564, esta irmandade passou a administrar o



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa, cuja construção foi iniciada por D. João II, em 1492 e terminada por D. Manuel, em 1501. Este monarca e seus sucessores incentivaram a criação de outras Misericórdias em Portugal e em todas as suas colônias, incluindo o Brasil. Em 21 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral aporta em Santa Cruz, neste período até a instalação da primeira Misericórdia, NAVA (2003) entende que, já estão solidamente estabelecidas e maduras as obras da Misericórdia em Portugal e são transportadas para a colônia de maneira bem consolidada na “expressão do espírito da caridade de um povo” (p. 85).

IVAMOTO (1998) conta que Martin Afonso de Souza aportou na ilha de Santo Amaro em 1532. Com o tempo elevou o povoado de São Vicente à condição de vila e capital da Capitania de São Vicente. Nessa expedição, veio o fidalgo Braz Cubas, neto de Nuno Rodrigues, fundador e mantenedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Braz Cubas, nomeado feitor e fiscal, transferiu o porto de São Vicente da região da atual Ponta da Praia para uma parte mais interna do estuário, que passou a ser conhecido como povoado do porto de São Vicente ou Nova Povoação.

Em 1541 um maremoto destruiu a casa do conselho, igreja, pelourinho, e outras edificações da vila de São Vicente. Muitos deixaram a vila e mudaram-se para o povoado junto ao porto.

Braz Cubas, segundo estudos de IVAMOTO (1998), auxiliado pelos prósperos moradores da região, iniciou em 1542 a construção de um hospital, que inaugurou em 1543, provavelmente no primeiro dia de novembro, data comumente reservada para as grandes comemorações. Chamou-o de Hospital de Todos os Santos, inspirando-se no nome do grande hospital de Lisboa e na data da sua fundação. Segundo Frei Gaspar da Madre de Deus, o povoado de Enguaguaçu passou a ser chamado Povoado do Porto de Todos os Santos e do Porto de Santos, por aquisição do nome do hospital. Entre 1545 e 1547, o capitão-mor Braz Cubas elevou o povoado à categoria de vila, com o nome de Vila do Porto de Santos. Em 2 de abril de 1551, Braz Cubas conseguiu de D. João III, em Almeirim, o alvará real de privilégios, o primeiro obtido por uma Misericórdia brasileira. Os jesuítas chegaram à região em 1553. A vila, o porto, a Irmandade e o Hospital cresceram sob a proteção do seu poderoso e dedicado fundador.

Ainda, IVAMOTO (1998) descreve que Felipe II da Espanha, fez-se rei de Portugal em 1580. Corsários da Inglaterra e da Holanda, inimigas da Espanha, passaram a atacar as embarcações desta e das suas colônias, incluindo o Brasil. Após a destruição da Armada



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Invencível espanhola no canal da Mancha, em 1588, os ataques marítimos aumentaram, comprometendo o comércio com a Europa e reduzindo as atividades no porto de Santos.

Pela época da morte de Braz Cubas, em 1597, a vila entrava em decadência. O porto estava ocioso e as plantações e engenhos do litoral perdiam mão de obra, pois muitos mudavam-se para o planalto, em busca de melhores oportunidades nas prósperas fazendas, entradas e bandeiras. Outro motivo era a fuga das doenças infecciosas, que assolavam as terras quentes, úmidas e alagadiças do litoral.

As raízes da influência das religiões nas Políticas Sociais como a de Assistência Social estão presentes desde os primórdios da formação social do Brasil. As marcas da trajetória histórica, política, social e também climáticas são a base para compreender a concepção das respostas às questões sociais na sociedade brasileira que são vivenciadas com forte presença das relações entre

“... povo colonizado por descobridores, mercadores, senhores de terra, senhores do capital, senhores do aparelho de Estado, senhores da comiseração, pelos donos do poder. Assim, miséria e vassalagem, pobreza e subalternidade fazem parte da mesma trajetória, embora tal relação antitética seja escamoteada por algumas estratégias de gestão articuladas pelos que se fazem donos do poder.” (SPOSATI, 1988, p. 19)

Acerca de São Paulo, base desta pesquisa, os estudos de Sposati (1988, p. 64) que tem como referência a vila de São Paulo, em 1584, diz que, esta vila contava com cem cabeças-de-casal, ou melhor, somente estes eram cadastrados nos dados oficiais, e os que não eram computados, eram os demais componentes familiares, indígenas, escravos, mulheres e crianças, a não contagem era porque estes eram desconsiderados mesmos e também escondia a possibilidade de avaliar a extensão da miséria.

São Paulo é a vila serra acima com maior contingente de índios, cerca de 15 mil em 1676, embora as cabeças-de-casal fossem em número bem menor (um quarto aproximadamente). Holanda, ao analisar o movimento da população da vila de São Paulo, conclui pela ocorrência, ao longo do tempo, de um índice de proporcionalidade em que a camada dominante representa 20% da população. A grande massa, composta ora de índios pagãos, ora de mamelucos, carijós e escravos, compunham os restantes 80% da população (Holanda, 1966:84). Holanda compara ainda este índice com a pobreza europeia e assinala que na França, no século XVII, cerca de 60% dos habitantes viviam na mendicidade.” (SPOSATI, 1988, p. 65 e 66)

Esta divisão ou diferença imposta na composição das pessoas que ocupavam o mesmo espaço, ou seja, a colônia brasileira dava a possibilidade de superioridade que



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

caracterizava a visão de ‘outra humanidade’, que era composta pelos sem status pauperizados<sup>1</sup> e os escravizados explorados.

Aos sem status ou ‘homens livre’, com referência aos estudos de Sposati (1988) cabia a ocupação em funções que eram proibidas aos escravos, principalmente serviços de coação e defesa, mando e até morte que foram associadas às funções de violência do período, entre estas funções, as de

... feitores, supervisionando trabalhos; capitães-do-mato, defensores dos interesses dos senhores; participantes dos contingentes de milícias e polícias; executores de serviços complementares a produção, como desmatamento, preparo do solo para plantio, etc. (SPOSATI, 1988, p. 67)

Também, outra forma de sobrevivência destes ‘homens livres’, considerada pela autora, é a agregação a uma família que pode ser considerada talvez uma das expressões da assistência para o período.

Sposati (1988, p. 67) entende esse caráter ‘assistencial’, a partir da “...sujeição do agregado aos interesses e benesses do senhor proprietário para garantir sua sobrevivência”. O proprietário utiliza-se do agregado em atividades de capanga e o coloca como defensor de seus interesses, pois o benefício de ter este agregado para o senhor era a permissão para solicitar uma data ou sesmaria, que possibilitava o aumento da extensão de suas terras.

Para Scharzw (2000) a presença da escravidão indicada a impropriedade das ideias liberais. O “Homem livre” que não era proprietário e não era proletário dependia materialmente do favor para seu acesso à vida social e seus bens. O favor é, assim, mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes sociais.

Estudos de Scharzw (1972) citado por Sposati (1988) demonstram a relação do senhor com o agregado que baseava-se na empatia do proprietário com o ‘homem livre’, o acordo estabelecido era da cordialidade de um e a servilidade do outro. Estas relações eram de caráter pessoal, individual, e com uma certa cumplicidade, marcada pela troca de favores que transveste apropriação em paternalismo”.

Esse tipo de relação fazia parte do sistema de dominação autoritário e violento, de caráter paternalista, do Brasil-Colônia. São elas que seguramente se desdobrarão no coronelismo do poder local, onde, além de capangas, estes agregados se transformam em cabos eleitorais e até eleitores.” (SPOSATI, 1988, p. 68)

---

<sup>1</sup> Sposati (1988, p. 66) diz que, a sociedade regida pela estratificação baseada no status, quem não o tem é um desclassificado, são os ‘homens livres’ da ordem escravocrata, colocados a margem, pois não são utilizados no sistema mercantil como mão de obra são substituídos pelos escravos. Esta substituição é feita porque os primeiros tinham condições de subsistência e reprodução, através do acesso livre a terra.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Sposati (1988) destaca que pouco importava ao Estado português a pobreza da população que era grande, principalmente dos homens que eram considerados livres. O único reconhecimento foi no caso do exercício das práticas médicas, de abastecimento e alguns outros ofícios que através das corporações são exigidos pagamentos de taxas para o exercício da ocupação.

A esmola dos ricos para os pobres era a principal forma assistencial regulada por determinação real. Cabia ao rei designar esmoleres e instituir o cofre dos órfãos para recolher as ajudas para os expostos. Por exemplo, consta do documento n.º 84 das Ordens Régias a seguinte nomeação: '(...) nomeo neste privilégio pa. Pedir esmolas na cidade de Sam Paulo e Seu dostrito do Bispado do Rio de Janeiro a Josephe Soares de Barros de dará Conttaz no fim do anno e fara Registrar os ditos privilegios na forma de S Magde. que Deos goarde ordena Colegio de Jesus de Lisboa Ocidental' (in Ordens Régias, Revista do Arquivo Municipal, vol. IV:69).

...Tal prática era regulada também pelo governo da capitania. Em 14-8-1771, o Morgado de Mateus estabeleceu que cada povoamento deveria ter um livro de esmolas, com os termos de abertura e fechamento realizados pela Câmara Municipal. Contudo, esta não poderia se intrometer no uso de tais recursos, tal medida cabendo a um 'diretor' diretamente ligado ao governador (DI, vol. 33:28). (SPOSATI, 1988, p. 71)

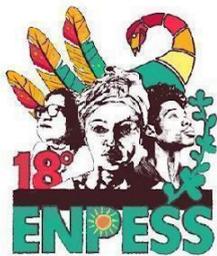
Provavelmente este recolhimento oficial de esmolas não era suficiente e era mau dimensionado, pois, os estudos de Sposati (1988) mostram que, com os recursos provindos das esmolas oficiais eram feitos paralelamente e com o complemento de outras doações, algumas ajudas mantidas pelos conventos, como por exemplo, o alimento fornecido pelos franciscanos, que se perpetuam.

Esta prática remete ao costume de Portugal, que já na Idade Média tinha os bodos e as mercearias. Mesgravis (1972) citado por Sposati (1988, p. 72) descreve que os bodos eram a distribuição de alimentos a um determinado número de necessitados e as mercearias eram uma espécie de asilos onde os pobres eram recolhidos e onde deveriam rezar diariamente pela alma de seus benfeitores.

Destaca-se também, com Sposati (1988, p. 72) que os padres e jesuítas viviam com as esmolas da população e a assistência à população pobre não era assumida diretamente pela Igreja. Esta assistência se fazia por iniciativa leiga das irmandades e das congregações, e era parte de um modelo criativo, pautado na esmola com base no modelo português de confrarias<sup>2</sup>, a ação da Misericórdia brasileira, consistia em recolher contribuições dos ricos e distribuí-las na forma de esmolas aos pobres.

---

<sup>2</sup> "As sete obras de misericórdia – dar de comer aos famintos, de beber aos sedentos, vestir aos nus, curar os enfermos e pobres, remir cativos, visitar os presos, dar pousadas aos peregrinos e enterrar os mortos – resumidas no versículo latino: 'vestio, poto, cibo, redimo, tego, colligo, condo' – são os princípios em que se fundamentou a caridade dos portugueses, ... e mais a sua solidariedade de individuo a individuo, tão patente nas instituições de sua terra." (NAVA, 2003, p. 85)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Na cidade de São Paulo estima-se por estudos da historiadora Laime Mesgravis citada por Sposati (1988, p. 73) que o funcionamento das Misericórdias se deu por volta de 1599.

“A instituição, transplantada de Lisboa, onde foi criada em 1498 pela rainha Isabel<sup>3</sup>, tinha valores aristocráticos. A tal ponto que quem pertencesse à Irmandade possuía *status* diferenciado. Tal honraria possibilitava que o paulistano se desvinculasse do exercício da vereança ou de outros cargos públicos. Estes, não – remunerados, exigiam uma dedicação que obrigava à permanência no povoado e impedia que se tocassem ‘os negócios’ mata adentro, no estilo paulistano. Com isso, não era interessante manter-se ocupado no povoado, enfrentando as mazelas da urbe, as ordens régias e os poucos recursos da Câmara.

As órfãs recebiam de 100\$000 a 150\$000 réis como dote, prática que a Irmandade de Misericórdia desenvolve até meados do século XIX. Com tal recurso, deviam encontrar marido e casar-se no dia da festa da Visitação, dia 2 de julho.” (SPOSATI, 1988, p. 73)

Até o começo do século XVIII, conforme os estudos de Sposati (1988) não havia na cidade de São Paulo, um espaço definido para a prática assistencial, inexistiam iniciativas gerais em relação à pobreza, ou, ainda, medidas adotadas regularmente pela Câmara Municipal. A iniciativa de dotar a cidade do que será seu espaço primordial de assistência, o hospital, ocorreu somente nos anos de 1717, quando a Irmandade de Misericórdia instala uma pequena enfermaria que posteriormente, passa a funcionar em quatro precárias moradias.

“...hospital e albergue pouca diferença tem. ... As curas para os que dispunham de recursos se faziam na própria morada. ... este precário hospital foi desativado, sendo que os doentes da Irmandade passaram a usar, sob pagamento, o Hospital Militar. A Santa Casa voltou a funcionar na Chácara dos Ingleses em 1825, quando inaugura seu hospital.” (SPOSATI, 1988, p. 74)

Para definir os espaços assistenciais, Sposati (1988, p. 75) descreve também o hospital lazareto, que atendia especificamente hanserianos e foi instalado em 1802, na cidade de São Paulo. Aqui nota-se, o início de uma certa seletividade da atenção, no espaço higiênico-assistencial, ainda sob a gestão da Misericórdia. A incidência de hanseníase, inicialmente, nos levantamentos do Morgado de Mateus, por volta de 1770, é cuidada com esmolas para que os portadores subsistam na própria moradia. Após passarem mais de trinta anos, a atenção aos hansenianos é também institucionalizada pelo governador Franci Horta.

A legislação imperial de 1928, estabelecia posturas policiais e fiscalizadoras para as Câmaras Municipais e a filantropia privada era confundida com práticas sanitárias. O Estado brasileiro se limitava a reconhecer as irmandades, dar isenções e contribuições esporádicas. Os valores aristocráticos e religiosos da Idade Média persistem fortemente no ideário do Brasil

---

<sup>3</sup> De acordo com ALTIMARI, a Rainha Isabel de Aviz, mulher de Don Afonso V foi a primeira rainha consorte de Portugal nascida em Portugal, e foi tia e sogra, da Rainha Dona Leonor de Portugal. Os estudos de IVAMOTO (1998) e NAVA (2003) dizem que as misericórdias foram criadas com Leonor, na mesma data 1482, contudo Isabel é bastante venerada em Portugal e tinha a prática da caridade, pois as rainhas de Portugal contavam com o rendimento de bens senhoriais e patrimoniais da Coroa destinados à sua sustentação e dignidade. Este patrimônio era chamado de Casa das Rainhas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Colonial e imperial, e estes valores trazidos por Mesgravis (1972) e citados por Sposati (1988, p. 82) por um lado, desvalorizam o trabalho manual e por outro, instituem a esmola como uma condição de sobrevivência dos desclassificados. Para aceitação da condição a miséria era tida como fatalismo e provocava certa estagnação nas práticas da Irmandade das Misericórdias.

A prática do bem, reconhecida no dar esmolas, era a possibilidade de ascensão dos ricos aos valores aristocráticos. Mas, essas práticas eram limitadas a alguns moradores do povoado. Na sociedade escravagista, tais práticas não eram direcionadas ao senhor como assistido, e nem ao escravo, visto como um objeto. O senhor usufruía do reconhecimento social e político através da prática das misericórdias. Ao escravo pouco restava. Como propriedade, sua manutenção cabia a seu dono e não à misericórdia pública. Eram aos 'homens livres' que tais ações se dirigiam.

Neste período, a institucionalidade da então assistência se dava nas ações individuais, na tutela parental, no apadrinhamento ao agregado e na tutela exercida na confraria das misericórdias, com ações coletivas, nas formas asilares disciplinadoras que vão estabelecer o modelo de filantropia higiênica.

O formato de assistência que faz indistinção entre o público e o privado que transfere ajudas e subvenções para as Irmandades de Misericórdia para trocar a responsabilidade estatal pela benemerência é o modelo brasileiro que se configura desde seus primórdios para a atenção aos pobres que combina o movimento de mudanças e manutenção ao longo do tempo. A linha do tempo da influência da igreja e das misericórdias na organização dos serviços para os cidadãos paulistanos.

#### Ano - Acontecimento

- 1711 – Vila de São Paulo assume a categoria de cidade no sistema colonizador português.
- 1722 – Cadeia pública funcionava junto a Igreja de São Francisco e mudou para vários prédios.
- 1824 – Solução asilar das Misericórdias: Seminário de Sant'Ana, para meninos.
- 1825 – Solução asilar das Misericórdias: Seminário da Glória, para meninas.
- 1825 - Criação da Roda dos Expostos de São Paulo (de acordo com Laima Mesgravis citada por Sposati (1988), a Roda dos expostos do Rio de Janeiro e de Salvador já estavam instaladas a pelo menos um século). A roda era um mecanismo instalado na Santa Casa, que possibilitava a entrada da criança sem a identificação do portador. As crianças deixadas na Roda eram registradas e entregues aos cuidados de amas, pagas pela Irmandade, em geral índias, que ficavam perto da região de Santo Amaro. As amas recebiam 3\$000 réis quando 'de leite', e 2\$000 quando 'secas'. Anualmente, no dia da Visitação, 2 de julho, os expostos eram levados à Irmandade para apresentação, inclusive ao público. A pensar na apresentação dos órfãos e das 'jovens casadoiras', que recebiam os dotes da Misericórdia. (SPOSATI, 1988, p. 76)
- 1825 - Reinstalação do novo prédio do hospital da Irmandade de Misericórdia na Chácara dos Ingleses, em São Paulo.
- 1833 – A Santa Casa começa a se eximir da atenção ao preso e ao escravo. Até então era cobrado o tratamento e obter dos senhores dos escravos o pagamento era um problema.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

1836 - Foi determinado por ordem Imperial a construção de Cemitérios.  
1847 – Autorizada a criação de um hospício, até então os loucos permaneciam na Cadeia Pública.  
1850 – Cadeia pública estabelecida no bairro da Luz.  
1852 – Instalação na Avenida São João o Hospital de Alienados.  
1874 – Por iniciativa da Câmara, a proposta de confinamento dos mendigos à Irmandade de Misericórdia.  
1886 – Um dos cômodos do hospital das Misericórdias se torna o asilo de inválidos.  
1896 – Casa dos Expostos substitui-se a 'atenção das amas', forma de atenção individual pela institucionalização massiva.  
1892 – 1904 Controle das amas-de-leite foi assumido pela Prefeitura de São Paulo.  
1904 – 1925 Controle das amas-de-leite nível estadual, absorvido pela ação dos centros de saúde, no Serviço Sanitário do Estado.  
1927 - Instituição do Código de Menores e extinção da Roda dos Expostos.

(SPOSATI, 1988, p. 59 – 79)

Em 1930 inicia o governo provisório militar que se estende por 15 longos anos, como atenuante diante de grandes reivindicações populares nacionais e internacional em 1943, o país tem a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Foram 45 anos para a conquista da Constituição Cidadã de 1988.

Ao longo da conformação e ampliação do Estado social, a assistência social passou do “dever moral de ajudar” ao “dever legal da assistência”, compondo o rol dos direitos sociais (BOSCHETTI, 2016). Seu reconhecimento como direito social, porém, segundo Ivanete Boschetti, não elevou ao status de outros direitos. A condição subalterna da assistência no conjunto das políticas sociais deve ser compreendida na sua particularidade de se constituir em incessante conflito com as formas de organização do trabalho no capitalismo.

O Estado brasileiro nasceu sob signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. Dessa forma, o desenvolvimento da política social e da assistência social especialmente acompanha essa dinâmica da conformação do Estado (BOSCHETTI, 2016).

## **APONTAMENTOS SOBRE A INFLUÊNCIA RELIGIOSA CONTEMPORÂNEA NA RELAÇÃO PÚBLICO PRIVADO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Importante localizarmos este debate no cenário contemporâneo, segundo Fernandes (2011), os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidos, em favor das mercadorias e do dinheiro, enquanto produtos do capital. Como resultado desse processo que conduz à banalização da vida humana, é que se encontra a “raiz da questão social na era das finanças” (IAMAMOTO, 2010:21).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Outra premissa de análise fundamental parte de que este debate sobre o não direito a Assistência Social pública e laica tem sido uma resposta recorrente do Estado as expressões da questão social que, em tempos de capital fetiche

[...] Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche, a subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. (IAMAMOTO, 2010: 125)

Ainda, com base em Ianni (2004) faz-se importante identificarmos que a pobreza, como expressão da questão social, tem sido criminalizada ao longo da história da sociedade brasileira.

Não é episódica, ao contrário, é permanente, a convicção de que setores dominantes e governantes, civis e militares, de que as manifestações operárias e camponesas ameaçam a ordem pública, a paz social, a segurança, a ordem estabelecida ou a 'Lei e a ordem'. Qualificam essas manifestações como problema de polícia ou também militar (...). (IANNI, 2004b: 109).

Esse modo de identificar a pobreza marca toda a formação da sociedade brasileira e, mesmo,

[...] muito tempo depois (...) ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a miséria, a pobreza e a ignorância, parecem estados de natureza, ou de responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. (IANNI, 2004b: 110)

Tal posicionamento do Estado e das classes dominantes, essas representadas pelo primeiro, tem ideologicamente a função de identificar a classe trabalhadora como “perigosa”, o que se faz necessário para a manutenção do modo de produção vigente, fazendo deste, extremamente exitoso. Para IANNI:

[...] a economia e a sociedade, a produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem-se reciprocamente. O pauperismo não se produz do nada, mas da pauperização. O desemprego e o subemprego são manifestações dos fluxos e refluxos dos ciclos dos negócios. A miséria, a pobreza e a ignorância, em geral, são ingredientes desses processos. O contingente de trabalhadores de reserva tem sido um elemento altamente conveniente para a empresa e a fazenda, no sentido de reduzir os custos da mão-de-obra para o comprador, além de facilitar a divisão da classe operária, enfraquecendo-a em seus sindicatos, partidos e movimentos sociais. (2004b: 112)

Tais apreensões são muito importantes para este debate visto que as particularidades históricas do liberalismo no Brasil fazem com que as idéias de universalismo, de liberdade do trabalho, de igualdade perante a lei coexistam historicamente com a escravatura, o arbítrio e o favor. “O interesse privado torna-se medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a

dimensão ética da vida social, terreno favorável ao neoliberalismo.” (CHAUI, apud IAMAMOTO, 2010: 38 – grifos nossos)

Assim, diante de uma realidade social, a questão social tem sido entendida como

Muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, uma parte do pensamento social prefere “naturalizá-la”, considerá-la como fatalidade ou apenas herança arcaica pretérita. Dentre estas explicações vale a pena destacar duas: *uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social*. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social são as expressões mais evidentes dessa forma de explicar e resolver a questão social, *outra explicação tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos*. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão. Toda manifestação de setores sociais subalternos na cidade e no campo pode trazer o ‘gérmen’ da subversão da ordem social vigente. A ideologia das forças policiais e militares, bem como dos setores dominantes e de tecnocratas do poder público, está impregnada dessa explicação (IANNI, 2004a: 112).

O resgate histórico realizado nos dá subsídio para a análise da atual permanência de Organizações Sociais com influência religiosa, como prestadoras de serviços socioassistenciais. O mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC) do IPEA, 2020, revelou que o Brasil conta com 815.676 OSC's, dessas 3,6% ou 29.364 OSC's são reconhecidas como prestadoras de serviços de Assistência Social. A região Sudeste abriga 41,5% das organizações, todos os 5.570 municípios brasileiros possuem Organizações da Sociedade Civil, e em quantidade, os dois extremos aparecem em São Paulo (50.021 na cidade de São Paulo e 3 em Taquaral interior do Estado).

Em 2020, em relação à natureza jurídica das OSC's nota-se que 17% eram religiosas e quando se verifica a área de atuação 29,6% das organizações são de religião, essa área está percentualmente abaixo apenas da área de desenvolvimento e defesa de direitos e interesses.

Em consulta a rede parceirizada da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMADS), da cidade de São Paulo, em dezembro de 2023, eram 346 OSC's, executando 1.381 serviços socioassistenciais. Analisando o nome dessas organizações e complementando com sites oficiais das próprias organizações nos casos em que os nomes aparentemente religiosos não expressavam a denominação a qual a organização possa ter vínculo, cabe esclarecer que as que permanecem “sem denominação” deixam dúvidas se possuem vínculo religioso de fato ou apenas expressam valores cristãos. Na tabela 1 a seguir, nota-se que a maioria não tem nome com identificação religiosa, porém 137 OSC's ou 39,6% das prestadoras de serviços junto a SMADS possuem identificação religiosa. Dentre as organizações com identificação religiosa, a maioria ainda é católica, importante mencionar que no histórico pesquisados em sites, mesmo essas surgem de diferentes ordens (organização de irmãs e/ou irmãos, padres, freiras, comunidades eclesiais e igrejas locais).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Tabela 1: Rede Parceirizada da Secretaria Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.**

| Identificação              | Quantidade | Serviços (Editais) |
|----------------------------|------------|--------------------|
| Católicas                  | 93         | 432                |
| Evangélicas                | 13         | 48                 |
| Espíritas                  | 6          | 6                  |
| Judaica                    | 1          | 1                  |
| Religiosas sem denominação | 24         | 72                 |
| Outras                     | 209        | 822                |
| <b>Total</b>               | <b>346</b> | <b>1.381</b>       |

Fonte: Site Oficial da SMADS/PMSP.<sup>4</sup> Mês/Ano de Referência: dezembro 2023. Elaborado pelas autoras.

No Censo SUAS 2022, realizado anualmente em todo Brasil e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no questionário tem a seguinte pergunta: “As atividades desenvolvidas pelo SCFV desta unidade possuem uma orientação religiosa?”, no Brasil dos 7.837 serviços que responderam ao Censo, houve 862 serviços (ou 10,9%) que disseram “sim” possuem orientação religiosa. Na cidade de São Paulo, dos 686 serviços que responderam ao Censo SUAS, foram 21 (ou 3,1%) que disseram possuir orientação religiosa.

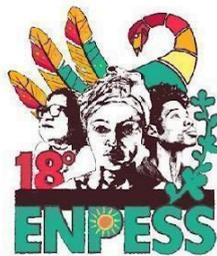
A tabela 2 apresenta o cruzamento entre a nomenclatura das OSC e sua execução de serviço e tipologia. Na Proteção Social Básica, mais da metade das OSC não possuem nomenclatura religiosa, o que pode supor a ausência de cunho religioso na sua origem. Dentre as OSC religiosas, responsável pelos outros 47%, estas se distribuem na seguinte sequência: Católicas com 37,4%, seguida de OSC de religião não identificada com 6,2%, evangélicas com 2,6%, seguida de espíritas e judaicas com 0,5% e 0,1%.

**Tabela 2 - Número de Organização da Sociedade Civil (OSC) com Nomenclatura Religiosa por Serviços da Proteção Social Básica no SUAS.**

| Nível de Proteção Social/Tipologia do Serviço  | Religião Identificada pela Nomenclatura |                           |          |          |            |         | Total Geral |
|--|---|---------------------------|----------|----------|------------|---------|-------------|
|  | Não Religiosa                           | Religião Não identificada | Católica | Espírita | Evangélica | Judaica |             |
| CRECI - Centro de Referência do Idoso  | 1                                       | -                         | -        | -        | -          | -       | 1           |
| Restaurante Escola   | 1                                       | -                         | -        | -        | -          | -       | 1           |
| SASF - Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio | 39                                      | 4                         | 23       | -        | 2          | -       | 68          |
| SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos                           | 364                                     | 43                        | 262      | 4        | 18         | -       | 691         |

<sup>4</sup> Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/entidades\\_sociais/index.php?p=342498](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/entidades_sociais/index.php?p=342498), acesso em 29/01/2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

|  |     |      |       |      |      |      |      |
|--|-----|------|-------|------|------|------|------|
| Serviço de Alimentação<br>Domiciliar para Pessoa Idosa | -   | -    | -     | -    | -    | 1    | 1    |
| Total  | 405 | 47   | 285   | 4    | 20   | 1    | 762  |
| Percentual   | 53% | 6,2% | 37,4% | 0,5% | 2,6% | 0,1% | 100% |

Fonte: Site Oficial da SMADS/PMSP.<sup>5</sup> Mês/Ano de Referência: dezembro 2023. Elaborado pelas autoras.

Com relação a Proteção Social de Média Complexidade, temos a seguinte distribuição: OSC sem nomenclatura religiosa são responsáveis por 70,6% da execução, seguidas pelas OSC de nomenclatura católica com 23,5%, seguida de 1,2% de evangélicas e OSC com nomenclaturas judaicas ou espíritas não executam serviço nesse nível de proteção, por esse motivo não constam na tabela 3 a seguir.

**Tabela 3 - Número de Organização da Sociedade Civil (OSC) com nomenclatura religiosa por serviços da Proteção Social Especial - Média Complexidade no SUAS.**

| Nível de Proteção Social/Tipologia do Serviço  | Religião Identificada pela Nomenclatura |                           |          |            |             |
|--|---|---------------------------|----------|------------|-------------|
|  | Não Religiosa                           | Religião Não Identificada | Católica | Evangélica | Total Geral |
| Bagageiro  | 1                                       | -                         | -        | -          | 1           |
| Centro de Defesa e de Convivência da Mulher  | 10                                      | -                         | 5        | -          | 15          |
| Centro Dia para Idosos   | 21                                      | -                         | 5        | 1          | 27          |
| Centro Dia para Pessoas com Deficiência  | 1                                       | -                         | -        | -          | 1           |
| MSE - MA Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto                           | 27                                      | 2                         | 21       | -          | 50          |
| NPJ - Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico                         | 34                                      | 1                         | 2        | 1          | 38          |
| Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência                       | 24                                      | 9                         | 4        | -          | 37          |
| Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua                                | 7                                       | -                         | 8        | 1          | 16          |
| SEAS - Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua       | 22                                      | -                         | 9        | -          | 31          |
| SPSCAVV - Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência | 33                                      | -                         | 6        | -          | 39          |
| Total  | 180                                     | 12                        | 60       | 3          | 255         |
| Percentual   | 70,6%                                   | 4,7%                      | 23,5%    | 1,2%       | 100%        |

Fonte: Site Oficial da SMADS/PMSP.<sup>6</sup> Mês/Ano de Referência: dezembro 2023. Elaborado pelas autoras.

Com relação a Proteção Social de Alta Complexidade, 65,1% das OSC executoras, não possuem nomenclatura religiosa, em seguida, as OSC de nomenclatura católicas executam 23,9% do nível de proteção, seguida por evangélicas com 6,9%, OSC com religião não identificadas com 3,6%, espíritas com 0,5%, e as judaicas não executam serviço nesse nível de proteção por esse motivo não constam na tabela 4 a seguir.

<sup>5</sup> *Ibidem.*

<sup>6</sup> *Ibidem.*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Tabela 4 - Número de Organização da Sociedade Civil (OSC) com nomenclatura religiosa por serviços da Proteção Social Especial - Alta Complexidade no SUAS.**

| Nível de Proteção Social/Tipologia do Serviço  | Religião Identificada pela Nomenclatura |                           |           |          |            | Total Geral |
|--|---|---------------------------|-----------|----------|------------|-------------|
|  | Não Religiosa                           | Religião Não Identificada | Católica  | Espírita | Evangélica |             |
| Casa Lar   | 1                                       | 2                         | 2         | -        | -          | 5           |
| Centro de Acolhida às Pessoas em Situação de Rua   | 100                                     | -                         | 24        | 1        | 14         | 139         |
| Centro de Acolhida com Inserção Produtiva para Adultos II Por 24 Horas                             | 1                                       | -                         | -         | -        | -          | 1           |
| Centro de Acolhida Especial Para Gestantes e Puérperas e Filhos de Até 6 Anos                      | 1                                       | -                         | -         | -        | -          | 1           |
| Centro de Acolhida para Catadores  | -                                       | -                         | 1         | -        | -          | 1           |
| Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência  | 4                                       | -                         | -         | -        | -          | 4           |
| Complexo de Serviços à População em Situação de Rua - Arsenal da Esperança                         | 1                                       | -                         | -         | -        | -          | 1           |
| Hospedagem para Pessoas em Situação de Rua   | -                                       | -                         | 1         | -        | -          | 1           |
| Instituição de Longa Permanência Para Idosos - ILPI  | 10                                      | 1                         | 6         | -        | 1          | 18          |
| República  | 16                                      | -                         | 5         | -        | -          | 21          |
| Serviço de Acolhimento Familiar  | 5                                       | -                         | -         | -        | -          | 5           |
| Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes - SAICA                          | 90                                      | 8                         | 41        | 1        | 7          | 147         |
| Serviço de Acolhimento Institucional para Famílias e Indivíduos Em Situação De Rua                 | 1                                       | -                         | 1         | -        | -          | 2           |
| Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência em Residência Inclusiva | 6                                       | 2                         | 6         | -        | -          | 14          |
| Serviço de Moradia Transitória em Unidades Modulares - Vila Reencontro                             | 1                                       | -                         | -         | -        | 3          | 4           |
| <b>Total</b>   | <b>237</b>                              | <b>13</b>                 | <b>87</b> | <b>2</b> | <b>25</b>  | <b>364</b>  |
| Percentual   | 65,1%                                   | 3,6%                      | 23,9%     | 0,5%     | 6,9%       | 100%        |

Fonte: Site Oficial da SMADS/PMSP.<sup>7</sup> Mês/Ano de Referência: dezembro 2023. Elaborado pelas autoras.

Na primeira análise com relação a prevalência de cunho religioso nos níveis de proteção pode inferir que mais da metade das executoras não possuem nomenclatura religiosas. A proteção social de média complexidade apresenta o maior índice de nomenclatura não religiosa, seguida da proteção social de alta complexidade e proteção social básica. As OSC religiosas de nomenclatura católica ainda são maioria nas três tipologias, seguidas das não identificadas e das evangélicas.

Do ponto de vista da prevalência das OSC católicas e evangélicas, como principais expressões, identificamos que juntas corresponde aos níveis da proteção social básica próximo a

<sup>7</sup> *Ibidem.*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

40%, comparado aos 25% na proteção especial de média complexidade e 30% da proteção especial de alta complexidade. Quanto às OSC de nomenclatura evangélicas, executam aproximadamente 7% na proteção social de alta complexidade, 3% na proteção social básica e 1% na proteção social de média complexidade.

Dessa forma, pode se inferir que a rede possui maior número de OSC sem nomenclatura religiosa. A proteção social básica possui o maior número de OSC executoras com nomenclatura religiosa perto de 57%. As OSC de nomenclatura católica prevalecem dentre as OSC de nomenclatura religiosa com maior concentração na proteção social básica, há um crescimento das OSC de nomenclatura evangélica, que se concentram em serviços de proteção social de alta complexidade.

As prevalências das OSC de nomenclaturas católicas na proteção social básica e evangélicas na proteção social especial de alta complexidade, podem ser explicadas pelo caráter filosófico e objetivos respectivos, uma vez que a primeira atua principalmente com fortalecimento de vínculos e a última com vínculos rompidos e institucionalização. Com relação a primeira ainda, elas se concentram na tipologia “Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos” e a última, na tipologia “Centro de acolhida às pessoas em situação de rua”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos importante o reconhecimento das Organizações Social na execução dos serviços socioassistenciais, sobretudo, na realidade da cidade de São Paulo em que as unidades públicas de referência são de monte irrisório diante do número de serviços socioassistenciais que deveriam ser complementares e parcerizados. São 56 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) diante da rede de 762 serviços da PSB, são 32 CREAS e 6 Centros de atendimento à População de Rua (Centro Pop) diante da rede de 619 serviços da PSE de média e alta complexidade.

Essa realidade traz a necessidade de acompanhamento de uma atuação laica, pública e comprometida com a cidadania e garantia de direitos das pessoas e famílias que demandam uma urgente atuação do estado de maneira preventiva, proativa e de proteção social de fato. As desigualdades sociais prevalentes da sociedade capitalista que se perpetuam e aprofundam não podem prevalecer numa atuação caridosa, irrisória e medíocre em que é feita ação social da igreja de maneira pobre para pobre, no qual reforça valores e aspectos ideológicos conservadores. É reconhecido que a atuação de muitas organizações sociais procuram romper com essa lógica,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mas é verdade que a presença religiosa existe e infelizmente o histórico socio político nos demonstram que essa vivencia tem aspectos conservadores, não reconhecem a diversidade e as necessidades de avanço em questões profundas que mais contribuem para a exclusão, tais como, o reconhecimento da desigualdade de oportunidades por questões de gênero, de classe, de cor/raça, de ciclo de vida, entre outros temas que precisariam estar na pauta junto a essas organizações. Isso ganha ainda maior relevância, por tratar-se da política de assistência social pautada pela matricialidade sociofamiliar e o foco na família com suas dinâmicas de conflitos, violência, violações e (des)proteções.

Ainda que iniciais, os dados apontam para significativa presença religiosa sobretudo na proteção básica pela igreja católica e na proteção especial de alta complexidade para igreja católica e evangélica. O quadro apontado reflete as disputas de valores e projetos presentes na sociedade brasileira em torno da chamada pauta dos costumes que influenciam o trabalho com família, indivíduos presentes na assistência social.

O debate das influências religiosas na atuação junto as pessoas que demandam intervenção urgente do estado não podem ser negligenciadas em detrimento de que existe experiência histórica é preciso romper com o favor, com a caridade, com a lógica do indivíduo e da meritocracia, com a desigualdade que existe na atenção pública. Para isso, entendemos que muitas questões ficam em aberto, por exemplo, não é possível tratar do quadro de trabalhadores dessas organizações sociais, principalmente as religiosas que possuem rotatividade do quadro de funcionários e muitas das vezes contam com voluntarismos comunitários e religiosos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALTIMARI, Décio Cassiani. **Quem foi Leonor de Lancastre?** Texto do Professor Doutor e Vice Mordomo do Museu e Capela. Disponível em: [http://www.santacasasp.org.br/upSrv01/up\\_publicacoes/4639/5089\\_Museu%20SC,%20QUEM%20FOI%20LEONOR%20DE%20LENCASTRE.pdf](http://www.santacasasp.org.br/upSrv01/up_publicacoes/4639/5089_Museu%20SC,%20QUEM%20FOI%20LEONOR%20DE%20LENCASTRE.pdf), acesso em: 31/05/2014.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social e Trabalho no Capitalismo*. São Paulo, Cortez, 2016.

FERNANDES, Francilene G. **Movimentos Sociais e Mídias Alternativas no enfrentamento à violência policial**. Tese de Doutorado. Programa de Estudos Pós-Graduado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2021, 200p. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/23732/2/Francilene%20Gomes%20Fernandes.pdf>



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, O. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2004a

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mapa das OSC's**. Disponível em: 29/01/2024.  
Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/arquivos/posts/2796-pb6mapaversaodivulgacao.pdf>

IVAMOTO, Henrique Seiji. **História da Santa Casa Sinopse Histórica**. Acta Medica Misericórdia Centro de Estudos, Santa Casa da Misericórdia de Santos, 1998. Disponível em: [http://www.scms.org.br/noticia.asp?codigo=42&COD\\_MENU=24](http://www.scms.org.br/noticia.asp?codigo=42&COD_MENU=24), acesso em: 30/05/2014.

NAVA, Pedro. **1903-1984 Capítulos da História da Medicina no Brasil**. Cotia - São Paulo, Ateliê Editorial, Eduel e Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003. Acesso em: 30/05/2014.  
Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=gclgN46mpRoC&pg=PA85&lpg=PA85&dq=Frei+Miguel+de+Contreras&source=bl&ots=DHmKBTmjCM&sig=H4azqguLjqOpbaoriWkj8Rv2-A0&hl=pt-BR&sa=X&ei=ciOJU7nQM6\\_MsQSV\\_oA4&ved=0CGEQ6AEwBw#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=gclgN46mpRoC&pg=PA85&lpg=PA85&dq=Frei+Miguel+de+Contreras&source=bl&ots=DHmKBTmjCM&sig=H4azqguLjqOpbaoriWkj8Rv2-A0&hl=pt-BR&sa=X&ei=ciOJU7nQM6_MsQSV_oA4&ved=0CGEQ6AEwBw#v=onepage&q&f=false)

SCHARWZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo, Editora 34, 2021.

SMADS, PMSP. **Site Oficial**: Rede Parcerizada. Acesso em 29/01/2024. Mês/Ano de Referência:  
dezembro de 2023. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/entidades\\_sociais/index.php?p=342498](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/entidades_sociais/index.php?p=342498)

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo. Cortez, 1988.